



CÂMARA DE LOBOS

Câmara Municipal
Praça da Autonomia
9304-001 Câmara de Lobos
geral@cm-camaradelobos.pt
t. 291 911 080
f. 291 944 499
NIF: 511 233 620



Caderno de Encargos

Ajuste direto – Aquisição de equipamentos e mobiliário diverso para a Pousada da Juventude e Residência Artística

Cláusula 1.^a

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a Câmara Municipal de Câmara de Lobos.

Cláusula 2.^a

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por Sua Exa o Sr. Vice-presidente e Vereador com o Pelouro do Ambiente e Cultura, e no âmbito das competências delegadas e subdelegadas pelo Presidente da Câmara, conforme disposto na alínea d), do número 1 do Despacho GPR-DP-028-2021, publicado pelo Edital n.º 0246.2021.ED.SAG, ambos de 20 de outubro.

Cláusula 3.^a

Objeto

1- O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Aquisição de equipamentos e mobiliário diverso para a Pousada da Juventude e Residência Artística**, de acordo com as designações e quantidades constantes no anexo I, deste caderno de encargos.

2- Em todas as posições que sejam mencionadas marcas, deverão considerar as mesmas ou equivalente.

Cláusula 4.^a

Contrato

1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificado pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- O presente Caderno de Encargos;
- A proposta adjudicada;
- Os esclarecimentos que o concorrente venha a prestar ao abrigo do disposto no artigo 72.º do Código dos Contratos Públicos.

3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.

4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo

com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos, aprovado pelo Decreto- Lei 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual, doravante designado CCP, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 5.ª

Duração do contrato

O contrato a celebrar tem a duração de 45 dias, a contar a partir do primeiro dia útil, após a outorga do contrato, cessando nessa data ou com o integral fornecimento das quantidades solicitadas, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

Cláusula 6.ª

Preço base

1- Pelo fornecimento dos bens do objeto do contrato, e pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Câmara de Lobos deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2- O preço base, ou seja, o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelo fornecimento que constituem o seu objeto é de **16.702,39€** (dezassex mil setecentos e dois euros e trinta e nove cêntimos), ao qual acresce o IVA a 22%, pelo que, o preço proposto pelo fornecedor, não poderá ser superior ao preço base.

Cláusula 7.ª

Critério de adjudicação

1- A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, para a entidade adjudicante, no estrito respeito pelo estabelecido na alínea b), do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

Cláusula 8.ª

Obrigações principais do fornecedor

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Fornecer os bens ao Município de Câmara de Lobos, conforme os, prazos de entrega, locais de entrega e requisitos do fornecimento neste caderno de encargos e demais documentos contratuais;
- b) Não alterar as condições do fornecimento dos bens fora dos casos previstos neste caderno de encargos;
- c) Não ceder a sua posição contratual nos contratos celebrados com as entidades adquirentes;
- d) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- e) Manter sigilo e garantir a confidencialidade.



Câmara Municipal
Praça da Autonomia
9304-001 Câmara de Lobos
geral@cm-camaradelobos.pt
T 291 911 020
F 291 944 499
NIF 511 233 620



Cláusula 9.ª **Documentos da proposta**

1- O concorrente deverá apresentar documento no qual estejam mencionados os seguintes termos/condições:

- a) Preço unitário dos artigos e respetiva taxa de IVA;
- b) Preço global da proposta;
- c) Declaração de acordo com o anexo I-M, conforme artigo 6.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação atual.

2- Todos os documentos da proposta deverão estar assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

3- No caso em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

Cláusula 10.ª **Propostas Variantes**

Não é admitida apresentação de propostas variantes.

Cláusula 11.ª **Indicação do preço**

1- Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.

2- Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismo.

Cláusula 12.ª **Revisão de preços**

Os preços constantes da proposta adjudicada não serão sujeitos a revisão, durante o período de vigência do contrato.

Cláusula 13.ª **Conformidade e operacionalidade dos bens**

1- O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público o bens objeto do contrato conforme as especificações do presente Caderno de Encargos.

2- É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

3- O fornecedor é responsável perante a Câmara Municipal de Câmara de Lobos, por qualquer anomalia ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que lhe são entregues.

Cláusula 14.ª **Requisição dos bens**

1- A entidade fornecedora obriga-se a entregar os bens alvo do fornecimento, no prazo fixado na sua proposta, não podendo exceder o prazo de duração do contrato.

2- Sem prejuízo do número anterior, o prazo de entrega poderá ser acordado entre a entidade adquirente e a entidade fornecedora.

Cláusula 15.^a
Local de entrega

- 1- Os bens objeto do contrato devem ser entregues na Pousada da Juventude e Residência Artística, localizada no Caminho do Ilhéu, n.º 33, do Município de Câmara de Lobos.
- 2- Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daquela para o Município, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

Clausula 16.^a
Requisitos do fornecimento

- 1- Sempre que ocorra um caso de força maior, devidamente comprovado e que implique a suspensão da entrega, deve a entidade fornecedora, logo que dele tenha conhecimento, requerer ao município que lhe seja concedida uma prorrogação adequada fundamentada do respetivo prazo.
- 2- Os bens objeto do contrato devem ser entregues nas embalagens adequadas e em perfeitas condições técnicas.
- 3- A entidade fornecedora deverá ter especial atenção ao cumprimento das disposições legais relativas à produção, venda e transporte dos bens.
- 4- No caso de a entidade fornecedora não possuir os bens para entrega, nos prazos definidos na 14.^a cláusula, os bens encomendados pelo Município, deverão propor a sua substituição por outros de qualidade idêntica ou superior, não podendo, deste facto resultar qualquer acréscimo de preço.
- 5- Não obstante o disposto no número anterior o Município não fica, em caso algum, obrigado a aceitar os bens de substituição proposto pela entidade fornecedora.
- 6- Todos os encargos decorrentes da substituição, devolução ou destruição dos bens que tenham sido objeto de rejeição, serão da exclusiva responsabilidade da entidade fornecedora.
- 7- A rejeição dos bens disponibilizados nos termos da presente cláusula, não confere a entidade fornecedora o direito a qualquer indemnização.
- 8- O fornecimento de bens em quantidades inferiores às encomendadas ou com qualidade insuficiente, suspenderá a faturação e correspondente pagamento até que a situação em causa se encontre regularizada.

Cláusula 17.^a
Erros e omissões do caderno de encargos

- 1- Até ao primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrarem que o interessado não considere exequíveis.



Câmara Municipal
Praça da Autonomia
9304-001 Câmara de Lobos
geral@cm-camaradelobos.pt
t 291 911 080
f 291 944 499
NIF: 511 233 620



2- A apresentação da lista referida no n.º 1, por qualquer interessado, suspenderá o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto prazo daquele prazo até à publicitação da decisão prevista no número 4 ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.

3- A suspensão prevista no número anterior pode ser mantida pelo órgão para a decisão de contratar por um período único de, no máximo, mais de 60 dias contínuos, o qual não pode ser sujeito a prorrogação.

4- Até o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou no caso previsto no n.º 3, até ao termo do período de manutenção da suspensão daquele prazo, o órgão competente para a decisão de contratar deverá pronunciar-se sobre os erros e omissões, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.

5- As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, bem como as decisões previstas nos números 3 e 4, serão publicitadas pela entidade adjudicante, pela mesma forma em que foram as peças do procedimento e juntas a elas, devendo os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados do facto.

Cláusula 18.ª

Objeto do dever de sigilo

1- O fornecedor dos bens deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Câmara de Lobos, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2- A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta ou exclusivamente à execução do contrato.

3- Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que esteja legalmente obrigado a revelar, por força de lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 19.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 1 ano, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 20.ª

Preço contratual

1- Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Câmara de Lobos, deve pagar ao fornecedor os preços unitários, constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os

relativos ao transporte do bem objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 21.ª

Condições de pagamento

- 1- As quantias devidas pelo contraente público serão pagas até ao prazo máximo de 60 dias, após confirmação da conformidade dos bens mencionados nas faturas entregues.
- 2- Para os efeitos do número anterior, a obrigação considerar-se-á vencida com a entrega e aceitação dos bens objeto do contrato, de acordo com o pedido de fornecimento.
- 3- Não poderão ser propostos adiantamentos por conta dos bens a fornecer.
- 4- Em caso de discordância por parte do Município, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 22.ª

Penalidades contratuais

- 1- Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município, pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, poderá ser aplicada, até à data da execução ou da rescisão do contrato, a sanção diária de 0,1% do valor contrato por cada dia de atraso.
 - b) A Câmara Municipal reserva-se ainda o direito de denunciar o contrato, sempre que haja incumprimento ou cumprimento defeituoso de algumas cláusulas contratuais.
 - c) Pelo cumprimento defeituoso, sem que seja repostos, no prazo de 48 horas, ficará o fornecedor sujeita à multa de 0,1% do valor do contrato, por cada dia em falta.
- 2- Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o Município, pode exigir-lhe uma pena pecuniária, que não poderá ser superior a 20% do preço contratual.
- 3- Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o Município de Câmara de Lobos decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
- 4- Ao valor da pena pecuniária prevista no número 2.º são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a) e c) do n.º 1, relativamente ao bem objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
- 5- Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município, tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
- 6- O Município pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 7- As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município, exija uma indemnização pelo dano excedente.



Câmara Municipal
Praça da Autonomia
9304-001 Câmara de Lobos
geral@cm-camaradelobos.pt
t. 291 911 080
f. 291 944 499
NIF 511 233 620



Município de
Câmara de Lobos

Cláusula 23.^a
Força maior

- 1- Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
- 2- A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Cláusula 24.^a
Rescisão do contrato

- 1- O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato, confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
- 2- A entidade adjudicante pode resolver o contrato quando ocorra qualquer circunstância que leve à perda da confiança entre si e o adjudicatário.
- 3 - No caso previsto no número anterior, a Câmara Municipal de Câmara de Lobos não está obrigada ao pagamento de qualquer indemnização.

Cláusula 25.^a
Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes dependerá da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 26.^a
Gestor do contrato

Nos termos do artigo n.º 290-A, o gestor público que irá acompanhar permanentemente a execução deste contrato, é o Secretário de Apoio à Vereação, Sr. Jose Rui de Abreu Pita.

Cláusula 27.^a
Patentes, licenças e marcas registadas

- 1- São da responsabilidade do fornecedor quaisquer encargos decorrentes da utilização, nas prestações efetuadas, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
- 2- Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 28.^a
Comunicações e notificações

- 1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada a outra parte.

Cláusula 29.^a
Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 30.^a
Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 31.^a
Legislação aplicável

1- As partes obrigam-se a cumprir com o enquadramento jurídico geral da Lei de Proteção de Dados existente em Portugal e o quadro jurídico especial do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), em vigor a partir de 25 de maio de 2018.

2- Em tudo o omissso no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no Decreto-lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável a este tipo de contratos.



CÂMARA DE LOBOS

Câmara Municipal
Praça da Autonomia
9304-001 Câmara de Lobos
geral@cm-camaradelobos.pt
t. 291 911 080
f. 291 944 499
NIF: 511 233 620



Município de
Câmara de Lobos

Anexo I

Descrição	Quantidades	Caraterísticas
Máquina de café	1	
Varinha mágica	1	
Liquidificadora	1	
Espremedor de citrinos	1	
Torradeira	1	
Tostadeira	1	
Jarro elétrico	1	
Ferro de engomar	1	
TV led	1	
Extensões elétricas	1	
Tanque lavar roupa	1	
Tanque lavar roupa fibra	1	
Utensílios e produtos de limpeza	1	
Estante interior/exterior	2	
Saco para roupa	3	
Cesto p/roupa	4	
Pa/vassoura	2	
Balde com tampa	2	
Estendal interior/exterior	4	
Tábua de engomar	1	
Caixote c/ tampa	4	
Cadeira Alum.Pu 42.5x47x85 CZ/PT	2	
Secretária 06	1	
Cadeira escritório	1	
Sofá ska 3 lugares	2	
Chaiselong Évora e/Queens	2	
Puff Andreia Dollaro cinza/azul/beje	11	
Mesa centro solero c/vidro 1.10x35x60	1	
Móvel prateleiras 700x1050x400 HC.CP03	3	
Móvel wc brc rf. 656	4	
Lâmpada metal/cerâmica 38x38x163 cm	3	
Lamp.brc metal/acrílico 17.5x17.5x31.5 cm	1	
Secretaria Sara	8	
Cadeira alum.pu 42.5x47x85 CZ/PT	13	
Secretaria 1007 branco 90 frente	1	
Mesa centro mog./cer.rect.	1	
Mesa centro mog./cer.rect.	1	
Cesto papéis	4	
Jarra cinza	1	
Jarra cinza	1	
Ramo flores	2	
Conj. 3 corujas	1	
Beliche 183x98 cerej/mogno	7	
Colchão Paris visco 190x090	14	
Protetor colchão 090x200	14	
Almofada 50x65 rf. antialérgica a	14	

Almofada sensações 3d	14	
Edredão	14	
Capa edredão	14	
Almofada	14	
Manta	14	
Lençol	28	
Lençol branco	28	
Fronha	56	
Passadeira machina 60x250 cm	6	
Espelho 135x95 C8MLP86 RF. QW1574	2	
Mesa cozinha retang. +4 cadeiras mad.	1	
Mesa cozinha t/cristal 120x80x75 br	1	
Cadeira Lisboa bold	4	
Cadeira alum.pu 42.5x47x85 CZ/PT	8	
Cadeira Lisboa bold	3	
Cadeira eco 2 estofo imit.pinho rf.1732	4	
Elemento 1/2 prat. ancora	2	
Faqueiro	4	
Espátula	1	
Rolo massa	1	
Jarro medidor	1	
Conj. 3 facas	2	
Tábua de cortar	1	
Utensílios de cozinha	2	
Saca-rolhas	1	
Passador 20 cm	1	
Ralador	1	
Pinça	2	
Descascador	2	
Colher 25 cm	2	
Colher 31,5 cm	2	
Batedor	1	
Tesoura	1	
Escorredor	1	
Forma de mola	1	
Tabuleiro forno	2	
Tarteira	1	
Copo vidro 31 cl	24	
Copo vidro 30 cl	24	
Garrafa mesa	4	
Chávena café	16	
Chávena de café	16	
Caneca	16	
Bule	2	
Travessa	3	
Travessa	2	
Travessa	3	



CÂMARA DE LOBOS

Câmara Municipal
Praça da Autonomia
9304-001 Câmara de Lobos
geral@cm-camaradelobos.pt
t. 291 911 080
f. 291 944 499
NIF: 511 233 620



Município de
Câmara de Lobos

Cesto p/pão	1	
Taça servir	4	
Tigela 15 cm	16	
Prato sobremesa	16	
Prato fundo	16	
Prato fundo	16	
Base p/ tacho	2	
Escorredor p/loiça	1	
Suporte p/rolo cozinha	1	
Pano cozinha	4	
Frascos especiarias	1	
Trem de cozinha 4 peças	1	
Frigideira	1	
Wok	1	
Travessa forno	1	
Panela c/ tampa	1	
Relógio de parede	1	
Individuais	28	
Prato bambu	2	
Caixote c/ pedal	6	
Conj. Casa de banho	2	
Copo p/ escovas	2	
Doseador	3	
Piaçaba	5	
Toalha de banho	14	
Toalha de mãos	18	
Tapete casa de banho	6	
Mesa rect. Extensiva 562	1	
Cadeira monob. oásis verm/vrd	12	
Guarda-sol metal/poly 4 mt 8312	1	
Base guarda-sol cimento 15 KG 45x45x27 cm	1	
Cadeirão monobl. Folia	8	
Mesa centro	4	
Guarda-sol banana 3 mt rf.8074	2	
Base guarda-sol cimento 15 KG 45x45x27 cm	2	
Almofada	4	
Capa	4	
Almofada 1	4	
Almofada / cadeira	12	